



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2023/272 (TRP-MEDIA)

Tavirádio, Cooperativa de Radiodifusão, CRL — Pedido de
confidencialidade na divulgação de alguns dados de reporte
obrigatório, ao abrigo do n.º 1, do artigo 6.º da Lei da
Transparência

Lisboa
19 de julho de 2023

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2023/272 (TRP-MEDIA)

Assunto: Tavrádio, Cooperativa de Radiodifusão, CRL — Pedido de confidencialidade na divulgação de alguns dados de reporte obrigatório, ao abrigo do n.º 1, do artigo 6.º da Lei da Transparência

A. Enquadramento e fundamentação

1. O regime jurídico da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social está consagrado na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho (doravante, Lei da Transparência ou LT), especificada pelo Regulamento da ERC n.º 835/2020, de 2 de outubro (doravante, Regulamento), que revogou o Regulamento da ERC n.º 348/2016, de 1 de abril.
2. No âmbito do exercício das competências da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) na aplicação deste regime jurídico – nomeadamente as constantes das alíneas b), c), g) e j) do artigo 8.º, e alíneas h), q) e ac), do n.º 3, do artigo 24.º, bem como no artigo 67.º, todos dos seus Estatutos¹, conjugadas com as previstas no n.º 1 do artigo 6.º da Lei da Transparência, e no artigo 8.º do Regulamento –, cabe a esta entidade reguladora avaliar e decidir sobre a confidencialidade de dados de reporte obrigatório, a pedido dos interessados, quando invocados interesses fundamentais que justifiquem a exceção ao princípio da publicidade.
3. O numeroso conjunto de itens a reportar é, de forma genérica, agrupado em três categorias possíveis: a) titularidade; b) fluxos financeiros; c) relatório de governo societário.
4. Em sede do cumprimento das obrigações de reporte decorrentes do referido regime jurídico, veio a Tavrádio, Cooperativa de Radiodifusão, CRL (doravante Tavrádio ou

¹ Publicados em anexo à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.

Requerente) submeter um pedido de confidencialidade de alguns dos elementos reportados, com a fundamentação constante do processo e apreciada em informação técnica da Unidade da Transparência dos *Media* (doravante, UTM). Tais elementos reportados cuja confidencialidade foi requerida são os seguintes:

- a) Montantes dos ativos e dos rendimentos totais;
- b) Montantes do passivo e passivos totais no balanço;
- c) Resultados operacionais e resultados líquidos;
- d) Relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10% dos rendimentos totais;
- e) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representam mais de 10% da soma do montante total de passivos no balanço e dos passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas.

5. Estando em causa um pedido de confidencialidade, a fundamentação oferecida pela Requerente, e a respetiva análise e fundamentação da ERC, são consideradas de acesso reservado, atendendo a que é suscitado um interesse fundamental da Requerente, que, sendo por natureza sensível e sigiloso, diz respeito especificamente à sua condição. Nestes termos, considera-se que essa fundamentação, bem como a correspondente análise da ERC, devem apenas ser do conhecimento dos interessados, sendo circunscrita aos documentos de análise constantes do processo, para os quais se remete.

6. Em sequência, foi o pedido de confidencialidade em causa analisado pela UTM e submetida a este Conselho Regulador proposta de conclusões devidamente fundamentada.

B. Deliberação

Na sequência da análise supra identificada, e findas as diligências de análise constantes do processo, o Conselho Regulador da ERC delibera:

- a) Adotar a fundamentação expendida na análise do processo, para a qual se remete e que será notificada à Requerente previamente à publicitação dos elementos de reporte em causa;
- b) Indeferir o pedido de confidencialidade apresentado pela Tavrádio – Cooperativa de Radiodifusão, CRL, com os fundamentos, de caráter reservado, constantes do processo de pedido de confidencialidade.

Lisboa, 19 de julho de 2023

O Conselho Regulador,

Francisco Azevedo e Silva

Fátima Resende

João Pedro Figueiredo